



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br


Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 11 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 9 de março de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO MAIS DINHEIRO PARA O BNDES	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO CONTRA AGENDA NEGATIVA, DILMA INVESTE EM COPA, OBRAS, PRÉ-SAL E PLANO ANTI-MISÉRIA	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO RECEITA INVESTE CONTRA INVASÃO CHINESA	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA ESTADO CARNAVAL BRASILEIRO É 'MADE IN CHINA', DIZ 'FINANCIAL TIMES'	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA ESTADO INDÚSTRIA DEVE PUXAR PIB PARA BAIXO AO LONGO DE 2011	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA BRASIL DURANTE VISITA, MINISTRO DIZ QUE BRASIL QUER RELAÇÃO COMERCIAL MAIS ESTRATÉGICA COM A CHINA	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA BRASIL GOVERNO CRIA GRUPO CHINA PARA DEFINIR ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO COM CHINESES	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Governo tem pressa em mudar Lei de Licitações	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Por ordem de Dilma, governo cria "grupo China"	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP WEG E METISA AJUSTAM SISTEMAS PARA EXPORTAÇÃO	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL 2014 Governo apressa mudança na Lei de Licitações	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA
	TÍTULO MAIS DINHEIRO PARA O <u>BNDES</u>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Estado de S.Paulo

Se seu objetivo era estimular os investimentos e mitigar o impacto da crise global sobre a economia brasileira, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) já cumpriu o seu papel. O crescimento de 7,5% do Produto Interno Brasileiro (PIB) - o "**PIBão**", como o classificou a presidente Dilma Rousseff - e, sobretudo, o aumento recorde de 21,8% dos investimentos no ano passado não deixam dúvidas de que a economia brasileira vive um momento completamente diferente daquele que levou à criação do PSI, em julho de 2009, ano em que os investimentos diminuíram e o PIB brasileiro encolheu. Não há, portanto, no momento, qualquer justificativa para a prorrogação desse programa, que deveria terminar no fim do mês.

É estranha, por isso, a decisão do governo de prorrogar o PSI até o fim do ano, com o repasse de mais R\$ 55 bilhões do Tesouro Nacional para o Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**), encarregado de executá-lo. O fato de, com a política fiscal, o governo ter determinado cortes de R\$ 50 bilhões do Orçamento de 2011 e, com a política monetária, o Banco Central (BC) ter elevado a Selic para 11,75% ao ano, para conter a demanda que pressiona a inflação, torna o momento pouco indicado para a preservação de um programa que amplia os gastos públicos, estimula a demanda e tem alto custo para os contribuintes.

Criado para financiar a compra de máquinas e equipamentos e investimentos em inovação tecnológica, o PSI deveria ser mantido até junho do ano passado. Foi prorrogado pela primeira vez até dezembro do ano passado e, pela segunda, até este mês de março. Uma das alegações mais repetidas para a sua manutenção é a forte demanda por seus recursos.

Não há dúvidas de que essa demanda existe. Na nova prorrogação, os juros das diferentes operações previstas no programa foram aumentados, como já ocorrera nas duas prorrogações anteriores. Mesmo assim, eles continuam muito baixos, alguns até negativos em termos reais. A linha de crédito mais barata, chamada de "capital inovador", tem custo de 5% ao ano, menos do que a inflação corrente, de 6%. A

mais cara, de 10%, é inferior ao custo de captação de recursos pelo Tesouro, de 11,75% ao ano.

Não há, no **mercado**, nenhuma linha de crédito tão barata, daí a existência permanente de uma grande demanda pelos financiamentos do **BNDES**.

Em 2009 e 2010, o Tesouro repassou R\$ 205 bilhões para o banco. Isso resultou no aumento da dívida pública. Da mesma forma, o repasse a ser feito este ano exigirá que o Tesouro tome recursos no **mercado**.


Como paga mais pelos empréstimos do que recebe do **BNDES** - que opera com juros inferiores à Selic -, o Tesouro incorre em gastos. Nas contas do governo, com o novo aporte de dinheiro para o **BNDES**, os gastos do Tesouro crescerão R\$ 4,6 bilhões. O custo total do programa é estimado em R\$ 34 bilhões, a serem pagos pelos contribuintes.

Há ainda impacto monetário da atuação do **BNDES**. Incluindo os recursos do PSI, o banco deverá injetar R\$ 145 bilhões no **mercado**, em 2011. É um montante comparável ao do orçamento do banco no ano passado, excluídos os R\$ 24,7 bilhões utilizados na operação de capitalização da Petrobrás.

Esse dinheiro vai alimentar o crédito, justamente quando o BC procura desestimular os financiamentos, elevando seus custos por meio da alta da Selic e da imposição de medidas restritivas.

Apesar do aumento notável dos investimentos em 2010, o **Brasil** ainda carece de recursos para ampliar sua infraestrutura e seu sistema produtivo, de modo a assegurar crescimento rápido sem gerar pressões sobre os preços internos. O **BNDES** tem suprido parte dessa carência, daí a importância de seu papel. No entanto, é questionável a maneira como o banco tem sido dirigido ao longo do governo do PT.

Sua direção escolhe livremente setores e empresas aos quais concede empréstimos, sem obedecer a políticas previamente anunciadas. Algumas escolhas podem resultar em problemas futuros para a quitação da operação. Além disso, essas operações impõem custos sobre os quais a sociedade precisa ser consultada.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO CONTRA AGENDA NEGATIVA, DILMA INVESTE EM COPA, OBRAS, PRÉ-SAL E PLANO ANTI-MISÉRIA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Paulo de Tarso Lyra | De Brasília

A presidente Dilma Rousseff vai iniciar uma nova etapa do governo após o Carnaval. Depois de anunciar o corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento e assumir o compromisso de combater a inflação, a presidente vai dedicar-se a projetos de longo prazo que rendam dividendos em 2014 - ano da eleição presidencial.

Provavelmente em abril, Dilma vai lançar o Plano Nacional de Erradicação da Miséria, um dos principais compromissos assumidos durante a campanha presidencial. Também vai retomar parte de sua atuação como gerente do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e cobrar agilidade nas obras do setor elétrico, nos investimentos do pré-sal e na preparação das 12 cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014.

O plano de erradicação da miséria está sendo guardado sob sigilo no governo. A ministra do **Desenvolvimento Social**, Tereza Campelo, coordena, desde o início de janeiro, um grupo interministerial formado por mais de dez pastas para aprofundar os programas sociais da gestão de Luiz Inácio **Lula** da Silva e definir novos caminhos. Dilma estabeleceu como meta extinguir a pobreza extrema no país, que hoje atinge aproximadamente 14 milhões de pessoas. Em mensagem divulgada ontem por ocasião do Dia Internacional da Mulher, a presidente disse estar convencida de que uma política bem-sucedida de eliminação da miséria deve ser focada na mulher e na criança.

"No Brasil, a pobreza tem cara: ela é muito feminina, está ligada às mulheres. Quanto mais pobre a família, maior a chance de que ela seja chefiada por uma mulher. Estou convencida de que uma política bem-sucedida de eliminação da miséria deve ser focada na mulher e na criança."

Nessa fase Dilma também está preocupada com as dificuldades do país em tornar realidade as grandes obras de infraestrutura. No setor elétrico, a presidente substituiu os apadrinhados do PMDB em Furnas e na Eletrobras por nomes ligados diretamente a ela: Flávio Decat e José Carvalho da Costa Neto, respectivamente. Dado o sinal de que pretende acompanhar de perto o setor, passou a cobrar pressa nas

obras das três principais hidrelétricas - Jirau, Santo Antônio e Belo Monte.

O Valor apurou que os três empreendimentos enfrentam dificuldades. No caso de Belo Monte, por exemplo, o governo precisa definir quem substituirá a Bertin no Consórcio Norte Energia. A escolhida deve ser a Vale.

Incomoda ao governo, de acordo com interlocutores da presidente, o caráter personalista do empresário Eike Batista - outro cotado para substituir a Bertin. Eike também é visto como um empresário que associa-se a empreendimentos para, futuramente, desfazer-se deles, beneficiando-se dos lucros da operação.

Em Jirau e Santo Antonio, as obras estão mais avançadas. A primeira terá condições de operar em 2012, mas dependerá do Linhão de Transmissão do Rio Madeira. Santo Antônio, a princípio, poderá começar a gerar energia ainda neste ano.

Mas os dois consórcios estão em litígio. O consórcio de Santo Antônio conseguiu, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a autorização para aumentar em 50 centímetros a cota de água que vai alimentar suas turbinas. O grupo empresarial que controla Jirau reclama que essa mudança vai diminuir a potência extra planejada em 25 MW médios, o que representaria uma diminuição de R\$ 30 milhões/ano no bolso dos acionistas.

A presidente também informou a pessoas próximas a decisão de acelerar os investimentos na camada pré-sal. **Brasil** e Estados Unidos negociam uma estratégia para que o país se torne um grande **exportador** de gás e petróleo para os americanos. Dilma enxerga no pré-sal um grande estimulador para a **produção** de sondas e plataformas da Petrobras, de navios pela indústria naval e ainda uma riqueza capaz de gerar recursos para investimentos em educação e meio ambiente.

Especialistas no assunto lembram, contudo, que todos estes planos estão ameaçados caso o governo não consiga definir com clareza o critério para os royalties, uma briga iniciada ainda no governo **Lula** entre os Estados produtores e os demais.

No caso das obras da Copa do Mundo de 2014, Dilma já avisou ao governador de São Paulo, Geraldo Alckmin e ao prefeito da capital, Gilberto Kassab, que não vai tolerar adiamento nas obras de melhoria urbana. Fez o mesmo no Rio e na Bahia e, segundo pessoas próximas, agirá assim com todos os governadores que, na sua avaliação, estiverem "fazendo corpo mole".

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO RECEITA INVESTE CONTRA INVASÃO CHINESA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governo quer fixar valor mínimo para tributar itens que entram no país com preço muito baixo

Martha Beck e Vivian Oswald

BRASÍLIA. Uma arma poderosa deve compor o arsenal de defesa comercial que a equipe econômica está montando para proteger a indústria brasileira da atual enxurrada de produtos **importados**, sobretudo da China. A Receita Federal quer intensificar o uso da chamada valoração aduaneira e fixar um valor para tributar **mercadorias** que ingressam no **mercado** nacional com preços excessivamente baixos.

A valoração aduaneira - pouco utilizada atualmente - é um instrumento validado pela Organização Mundial do **Comércio** (OMC) e consiste em atribuir preço a um produto no **mercado** internacional para fins de recolhimento de impostos. Isso é feito utilizando-se critérios técnicos também previamente acertados pelos membros da OMC, que podem refletir, por exemplo, uma média histórica do valor de **exportação** da **mercadoria**. O objetivo é reduzir a competição desleal entre produtos nacionais e estrangeiros e a sonegação fiscal.

Pacote inclui medidas técnicas e ecológicas medida emergencial faz parte de um pacote em estudo que ainda inclui, como antecipou O GLOBO, a aplicação de barreiras técnicas (como a exigência de certificação de qualidade de **mercadorias importadas**) e ecológicas (como a exigência de produtos **importados** fabricados em empresas com baixa emissão de carbono), elevação do imposto de **importação** e ações antidumping.

O governo admite, contudo, que é preciso cautela. Seu arsenal precisa ser muito bem calibrado para evitar futuras ações na Organização Mundial do **Comércio**. Todas as medidas são instrumentos referendados na esfera multilateral. Mas, quando usadas em excesso, podem provocar disputas.

- Agora que a economia internacional está desaquecida, o mundo todo está olhando para o **mercado**

brasileiro com interesse - afirma um técnico da área econômica.

A equipe econômica também quer evitar os efeitos colaterais no **mercado** interno. O aumento do Imposto de **Importação**, por exemplo, pode ter impacto sobre o custo das empresas que compram insumos no exterior e sobre a já pressionada inflação. Segundo o vice-presidente da Associação de **Comércio** Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, um pacote de defesa comercial ajuda, mas não resolve o problema:

Ausência de mecanismo poderia causar demissões - Se a alíquota de **importação** subir para 35% (teto fixado pela OMC), isso ajuda, mas não permite que os **exportadores** compensem todas as perdas de competitividade.

Castro lembra que a manipulação cambial chinesa tornou os produtos daquele país 30% mais baratos que os nacionais. Lém disso, o real fortalecido em relação ao **dólar** encarece em 40% a **produção** brasileira.

Mesmo assim, as medidas são consideradas cruciais hoje: - Sem esse tipo de mecanismo, este momento da economia pode fazer com que empresas demitam funcionários ou até fechem suas portas. O que está acontecendo no mundo hoje é uma guerra capitalista selvagem - destaca o diretor de **comércio** exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Roberto Gianetti. Segundo a especialista Carol Monteiro de Carvalho, do escritório Bichara, Barata, Costa & Rocha Advogados, o **Brasil** já vem usando mais defesa comercial e uma prova disso é o aumento das ações antidumping: - É nítido o efeito do câmbio sobre essas medidas. Elas aumentam a mesma proporção que o câmbio se valoriza.

	VEÍCULO AGÊNCIA ESTADO	EDITORIA	
	TÍTULO CARNAVAL BRASILEIRO É 'MADE IN CHINA', DIZ 'FINANCIAL TIMES'		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Jonal diz que mercadorias baratas importadas do país asiático dominam mercado de fantasias do Brasil

BBC

Uma reportagem do jornal britânico Financial Times afirma nesta segunda-feira que o carnaval no Brasil é "made in China". A reportagem mostra a importância que os produtos chineses ganharam na cadeia produtiva carnavalesca brasileira. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), 80% das fantasias vendidas para o Carnaval são importadas do país asiático.

"Importações baratas da China inundaram o país latino-americano nos últimos anos, em parte como resultado da rápida apreciação da moeda, causando interrupções em diversas partes da economia e colocando um dos maiores dilemas políticos para a nova presidente, Dilma Rousseff", afirma a reportagem.

"Agora até mesmo o famoso Carnaval, a festa de quatro dias que termina na terça-feira, é made in China", diz.

O presidente da Abit, Jonatan Schmidt, disse à repórter do FT que "há quinze anos, tudo era diferente - tudo era brasileiro".

Uma lojista ouvida pela reportagem do diário financeiro conta que importa mercadorias da China a preços 40% abaixo dos praticados por companhias brasileiras. Com


o real mais forte, a loja, que em 2005 importava 30% do seu estoque, hoje importa 60%.

"Não é só a taxa de câmbio", diz a comerciante. "Há carência de novos equipamentos e investimentos no setor têxtil. A demanda é tão forte agora que a indústria não consegue suprir."

Citando economistas, o jornal diz que os esforços do país para combater a apreciação do real são ineficientes e que "a única solução real, não apenas para a indústria têxtil mas para a indústria em geral, é melhorar a qualificação, investir em maquinário e desenvolver a infraestrutura".

A reportagem sugere que o Carnaval, se continua em espírito sendo uma festa brasileira, é em termos econômicos uma festa dos importados. "Apesar dos esforços da estatal petroleira Petrobras para expandir a sua própria produção de poliéster no Nordeste, é improvável que o Carnaval seja made in Brazil no futuro próximo."

BBC Brasil - Todos os direitos reservados. É proibido todo tipo de produção sem autorização por escrito da BBC.

	VEÍCULO AGÊNCIA ESTADO	EDITORIA	
	TÍTULO INDÚSTRIA DEVE PUXAR <u>PIB</u> PARA BAIXO AO LONGO DE 2011		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS - Agencia Estado

SÃO PAULO - O crescimento da economia brasileira no ano passado, de 7,5%, segundo dados divulgados nesta semana pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi um ponto fora da curva - jargão usado na economia para explicar um resultado atípico. É o que afirma no relatório "Conjuntura Econômica", divulgado neste fim de semana pela consultoria MB Associados e assinado pelo economista Sérgio Vale. Ele acredita que a indústria deverá puxar para baixo o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) ao longo dos próximos trimestres. A MB, de acordo com Vale, trabalha com uma projeção de crescimento do **PIB** de 4,5% neste ano.

O crescimento do **PIB** em 2010, segundo Vale, veio sobre uma base de comparação muito baixa - a deflação da economia de 0,2% em 2009. Neste ano, a **produção**, em especial a da indústria, deverá ser fraca ao longo dos próximos trimestres em comparação com o forte desempenho de 2010. Em 2009, o **PIB** da indústria caiu 5,5% e, no ano passado, teve alta de 10,1%.

Mas, do lado da demanda e da inflação, o economista tem uma série de preocupações, mesmo considerando a possibilidade de uma expansão econômica bem menor para este ano. De acordo com a consultoria, uma expansão de 4,5% do **PIB** propiciaria um crescimento de 6,7% na demanda doméstica, número muito próximo do que se registrou em

2008, quando a economia se encontrava ainda bastante aquecida. Para a MB Associados, até agora as indicações tanto da política monetária quanto da fiscal não são, de fato, de desaceleração. "Não parece claro ainda que o governo acredita nos riscos inflacionários de 2011 e 2012. Mais do que isso, parece haver uma crença de que a desaceleração já começou", teme Vale.

Na avaliação de Vale, o **PIB** deverá crescer menos por causa do fraco desempenho previsto para a indústria, mas a inflação deverá continuar flertando com o teto da meta. Para 2011, a MB Associados espera que o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) feche em 6%. Ou seja, o País entrará em um período que reforçará a ocorrência de uma oferta menor do que a demanda. E isso, em parte, já foi visto em 2010. O **PIB** cresceu 7,5%, puxado pelo consumo das famílias (7%), do lado demanda, mas com um **PIB** Agropecuário, do lado da oferta, crescendo menos (6,5%) e também o de serviços (5,4%).

Para 2011, as expectativas dos analistas do **mercado** financeiro consultados pela Pesquisa Focus (levantamento das previsões dos economistas pelo Banco Central) são de um crescimento da indústria de 4,5% para um demanda de 6,7%, a mesma prevista pela MB Associados.

	VEÍCULO AGÊNCIA BRASIL	EDITORIA	
	TÍTULO DURANTE VISITA, MINISTRO DIZ QUE <u>Brasil</u> QUER RELAÇÃO COMERCIAL MAIS ESTRATÉGICA COM A CHINA		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Da Agência Brasil

Brasília - O Brasil quer uma relação comercial mais estratégica com a China, informou o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Fernando PIMentel, durante visita ao país. O ministro foi a Pequim onde se reuniu com primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao. A visita de PIMentel à China antecede a da presidenta Dilma Rousseff ao país, em abril.

O ministro brasileiro também se reuniu com o presidente do Banco do Desenvolvimento da República Popular da China, que pretende abrir no Rio de Janeiro um escritório do banco. Outro assunto tratado no encontro foi a possibilidade de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco da China financiarem acordos de joint ventures união entre duas empresas para estimular a parceria comercial.

O presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), Maurício Borges, o presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), João Jornada, e o secretário executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Emilio Garófalo, participaram da missão brasileira à China na semana passada.

O MDIC informou também que o ministro de Relações Exteriores, Antonio Patriota, esteve na China no mesmo período para tratar da participação de Dilma Rousseff na 3º Cúpula dos Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) que será realizada na província chinesa de Hainan.

Além da visita de autoridades brasileiras à China, uma missão empresarial se prepara para ir ao país entre os dias 5 e 13 de abril.

	VEÍCULO AGÊNCIA BRASIL	EDITORIA	
	TÍTULO GOVERNO CRIA GRUPO CHINA PARA DEFINIR ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO COM CHINESES		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Vladimir Platonow

Repórter da Agência Brasil

Rio de Janeiro - A relação econômica com o **mercado** chinês, maior parceiro comercial do país, motivou o governo brasileiro a criar o Grupo China, reunindo técnicos do **Ministério** das Relações Exteriores (MRE) e do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**. A informação é do secretário executivo do **MDIC**, Alessandro Teixeira.

É a primeira vez, segundo ele, que o governo cria um grupo interministerial com a função de estudar a relação comercial com um determinado país. "Isso foi comandado pelo ministro Fernando **Pimentel MDIC** e pelo ministro Antonio Patriota MRE, por ordem direta da presidenta Dilma Rousseff, para que se tenha um trabalho específico de buscar cooperação com a China", afirmou.

Teixeira destacou que o **mercado** chinês representa um desafio em termos de parceria e na busca de nichos para **exportação**. "Estamos consolidando a formação do Grupo China dentro do governo, para termos uma estratégia especial, definida e de longo prazo. O **Brasil** se prepara, nos próximos anos, para ser uma das cinco maiores economias do mundo."

Para ele, a situação chinesa demanda estratégias inovadoras de inserção comercial. "A China hoje é um fator diferente. Porque ela produz qualquer produto com a metade

do custo da média mundial. Então isso é um problema para o **Brasil** e também para os outros países. Haverá setores que vão perder competitividade e podem ter problemas. É o caso de brinquedos, têxtil e vestuário. Só vamos conseguir ganhar **mercado** se nos especializarmos em nichos."

O secretário participou do Projeto Carnaval da Agência Brasileira de Promoção de **Exportação** e Investimentos (Apex-Brasil), que transformou um camarote no Sambódromo do Rio em um verdadeiro ambiente de negócios, trazendo 150 empresários de diversos países para conversarem, de forma informal e descontraída, com empresários brasileiros do **comércio** exterior.

A corrente de **comércio** Brasil-China fechou 2010 em US\$ 56,3 bilhões, um crescimento de US\$ 20 bilhões sobre o resultado alcançado em 2009. No ano passado, o **Brasil** foi superavitário em US\$ 5,1 bilhões, mas cerca de 68% das **exportações** brasileiras estão concentradas em minério de ferro e soja. Já os chineses **exportam** para o **Brasil** principalmente produtos de alta tecnologia, sendo 30% eletroeletrônicos, especialmente componentes de informática e telefonia.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Governo tem pressa em mudar Lei de Licitações		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Caio Junqueira | De Brasília

O governo vai mudar as regras da Lei de Licitações para facilitar as obras da Olimpíada do Rio em 2016 e dos aeroportos das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. O plano é aprovar, no Congresso, uma emenda à Medida Provisória 510, que está em tramitação e regula "o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizem negócios jurídicos em nome próprio".


Os objetivos das alterações, que são o primeiro passo para a "modernização" da lei nº 8.666, de 1993, são a simplificação do sistema de recursos; a inversão da fase de habilitação nas licitações, que seria feita após o julgamento das propostas; e a realização de projetos executivos e obras pela mesma empresa, eliminando a necessidade de duas licitações para um mesmo empreendimento.

Além disso, estudam-se outras mudanças, como a possibilidade de remuneração de acordo com o desempenho da obra e a posterior negociação com o mais bem classificado na licitação, com o propósito de se chegar a um preço menor para o poder público.

Para o **Governo Federal**, é **importante** que a flexibilização seja aprovada. "Todos sabem que a Lei de Licitações, da maneira como é hoje, vai atrasar o cronograma de obras não só do Parque Olímpico, mas dos aeroportos das cidades-sede da Olimpíada e da Copa do Mundo. Não há nada de imoral que nós tenhamos incluído nas mudanças", disse o líder do PT, Paulo Teixeira (SP).

Essa será a terceira tentativa do governo de aprovar medidas de flexibilização da Lei de Licitações. A primeira foi na Medida Provisória 489, que sequer foi apreciada. Devido ao período eleitoral, o Congresso estava em recesso e a MP perdeu vigência por decurso do prazo. Neste ano, o governo também tentou incluir as mudanças na MP 503, que criou a Autoridade Pública Olímpica (APO). As propostas foram feitas perto da votação pelo relator, Daniel Almeida (PCdoB-BA), com base em emenda apresentada pelo deputado Geraldo Magela (PT-DF), licenciado do mandato para ocupar a Secretaria de Habitação do Distrito Federal. A oposição reagiu. "Esse projeto oferece às futuras empresas responsáveis pela execução das obras a responsabilidade de preparar os projetos executivos. Então, ele dá um poder enorme às empresas, que poderão fazer o que bem entenderem", disse, na sessão em que se discutiu a MP, o deputado Mendonça Filho (DEM-PE).

Fez-se, então, um acordo: aprovou-se a criação da Autoridade Pública Olímpica, que deverá ser dirigida pelo ex-presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, mas sem os trechos que alteravam a Lei de Licitações. Eles devem ser debatidos e incluídos na MP 510, que será votada nas próximas semanas.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Por ordem de Dilma, governo cria "grupo China"		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Agência Brasil, do Rio

A relação econômica com o mercado chinês, maior parceiro comercial do país, motivou o governo brasileiro a criar o grupo China, reunindo técnicos do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic). A informação é do secretário executivo do MDIC, Alessandro Teixeira.

É a primeira vez, segundo ele, que o governo cria um grupo interministerial com a função de estudar a relação comercial com um determinado país. O grupo, explicou, foi criado por "ordem direta da presidente". Teixeira destacou que o mercado chinês representa um desafio em termos de parceria e na busca de nichos para exportação. Para ele, a situação chinesa demanda estratégias inovadoras de inserção comercial. "A China hoje é um fator diferente. Porque ela produz qualquer produto com a metade do custo da média mundial. Então isso é um problema para o Brasil e também

para os outros países. Haverá setores que vão perder competitividade e podem ter problemas. É o caso de brinquedos, têxtil e vestuário. Só vamos conseguir ganhar mercado se nos especializarmos em nichos."

O secretário participou do Projeto Carnaval da Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (Apex-Brasil), que transformou um camarote no Sambódromo do Rio em um ambiente de negócios, trazendo 150 empresários de diversos países.

A corrente de comércio Brasil-China fechou 2010 em US\$ 56,3 bilhões, um crescimento de US\$ 20 bilhões sobre o resultado de 2009. No ano passado, o Brasil foi superavitário em US\$ 5,1 bilhões, mas cerca de 68% das exportações brasileiras estão concentradas em minério de ferro e soja. Já os chineses exportam para o Brasil principalmente produtos de alta tecnologia, sendo 30% eletroeletrônicos, especialmente componentes de informática e telefonia.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA
	TÍTULO WEG E METISA AJUSTAM SISTEMAS PARA <u>EXPORTAÇÃO</u>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Programa do governo para remessas ao exterior, chamado de Novoex, está baseado na internet e substitui os Siscomex, criado há 17 anos

Estela Silva

esilva@brasileconomco.com.br

Desde novembro de 2010 que a Weg, fabricante de motores, e a Metisa, metalúrgica especializada em partes e peças para tratores e ferramentas agrícolas, estão preparadas para o Novoex, novo módulo do Sistema Integrado de **Comércio Exterior** (Siscomex), que deverá substituir o Siscomex **Exportação**.

A intenção é ter uma atualização tecnológica (veja box). O prazo para adequação ao sistema utilizado via internet foi 17 de novembro, mas o **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** vem adiando a data, que, de 15 de março, passou a prazo indeterminado.

As empresas já adequaram-se à nova exigência. A Weg, de Jaraguá do Sul (SC), contratou a Sonda Software para criar um projeto tecnológico que fizesse a comunicação entre os sistemas internos e o sistema do governo criado pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Chamado de pw.CE Novoex, a ferramenta extrai do sistema de gestão da empresa as informações necessárias para prestar contas ao governo.

Ao **exportar** motores, geradores e equipamentos para automação industrial, aWeg lança internamente o pedido de compra e gerencia o processo até o embarque em navios ou aviões, transmitindo automaticamente ao sistema via web. "Usamos a computação em nuvem agora, pois qualquer máquina com acesso à internet pode transmitir os dados para o governo", diz o gerente de informática da Weg, Wandair José Garcia.

Para ele, o envio dos registros e **exportação** ocorre mais rapidamente. "Com o sistema antigo, levávamos duas horas para fazer um registro de **exportação**. Agora, levamos meia hora", afirma ele, enumerando também a vantagem de

mais transparência no processo e a expansão da automação para mais **exportadores**, já que a única exigência é o acesso a internet. No sistema anterior, era necessário ter uma conexão dedicada ao programado governo.

No entanto, a Weg não está totalmente conectada. "O governo não liberou o programa para todas as modalidades de **exportacao** ainda", diz Garcia. Segundo o gerente de produto da Sonda Software, Roberio Lacerda, empresas como BR distribuidora, Suzano, BR Foods, Gerdau, ArcelorMittal e Whirlpool também estão com projetos piloto para ajustar-se as exigências do governo.

Dificuldades na utilização A metalúrgica Metisa, com capacidade para produzir 80 mil toneladas de aço e que **exporta** cerca de 30% da sua linha para 40 países, adaptou-se a nova exigência do governo há quatro meses, dedicando uma profissional do seu departamento de tecnologia durante três meses para estruturar as informações de seu banco de dados com as necessidades do sistema. "Não é possível fazer a migração automática. Embora tudo já esteja pronto, ainda estamos usando o Siscomex", diz a supervisora de **exportacao**, Elis Regina Tredesini.

A companhia faz embarques de produtos mensalmente e ainda sente falta da nomenclatura da maior linha de **exportacao** da empresa, que são partes e peças para tratores. Sem esta possibilidade, não é possível completar o processo. "Sem falar que várias etapas acusam erros, a estrutura ainda não está pronta", diz ela. Diferente da Weg, ela ainda aponta que o sistema traz mais despesas, como o aumento dos custos de impressão. "Cada remessa de **exportacao** consumia duas folhas, agora consome quatro folhas. Precisamos comprar uma impressora só para isto", afirma.

	VEÍCULO PORTAL 2014	EDITORIA	
	TÍTULO Governo apressa mudança na Lei de Licitações		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Emenda deve ser votada nas próximas semanas para agilizar contratos para Copa e Olimpíada

Aeroporto do Galeão, no Rio, atualmente em obras (crédito: Arquivo)

Da redação - São Paulo

Para facilitar as obras da Olimpíada do Rio em 2016 e dos aeroportos das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, o governo vai mudar as regras da Lei 8.666, que rege as licitações de obras públicas. O plano, segundo reportagem publicada hoje no jornal "Valor Econômico", é aprovar no Congresso uma emenda à Medida Provisória 510, que está em tramitação e regula "o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizem negócios jurídicos em nome próprio".

Passo inicial para a "modernização" da 8.666, as alterações propõem a simplificação do sistema de recursos, a inversão da fase de habilitação nas licitações (que seria feita após o julgamento das propostas) e a realização de projetos executivos e obras pela mesma empresa. Além disso, estudam-se outras mudanças, como a possibilidade de remuneração de acordo com o desempenho da obra e a posterior negociação com o mais bem classificado na licitação, com o propósito de se chegar a um preço menor para o poder público.

Técnica e preço

A proposta do governo está sendo recebida com desconfiança pelo setor de projetos, que vê riscos para a qualidade dos projetos contratados. "A inversão de fases mata a escolha pela técnica e preço (primeiro a qualidade técnica da proposta e depois a escolha pelo preço mais

baixo), o que pode ser muito danoso para a qualidade do empreendimento, especialmente no caso de obras públicas", avalia o engenheiro Maurício de Lana, presidente do Sinaenco/MG (Sindicato da Arquitetura e Engenharia).

Ele explica que a opção pelo menor preço pode fazer sentido na contratação de uma obra, ou na compra de um equipamento, quando tudo já está descrito, definido e quantificado pelo projeto. "Mas o projeto é uma etapa abstrata, que exige elaboração, pesquisa e experiência, acima de tudo. E na área de projetos, em geral o menor preço é inversamente proporcional à experiência da equipe".

De Lana lembra que a maior parte dos problemas de execução e manutenção de obras tem origem em falhas ou em indefinições de projeto. "Buscar apenas o menor preço em projetos pode significar um desperdício de recursos na construção, além de abrir espaço para reajustamentos sucessivos, sem controle possível", conclui o engenheiro.

A MP 510 deve entrar em votação nas próximas semanas, tão logo o Congresso retome seus trabalhos.